



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS**

ELOIZE CRYSTINNE LEITE DE ALMEIDA

**TRABALHANDO A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA
DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA MUNICIPAL ROBERTO SIMONSEN
EM CAMPINA GRANDE-PB.**

**CAMPINA GRANDE-PB.
JUNHO/2015.**

ELOIZE CRYSTINNE LEITE DE ALMEIDA

**TRABALHANDO A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA
DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA MUNICIPAL ROBERTO SIMONSEN
EM CAMPINA GRANDE-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Débora Suelle de Miranda Lima

**CAMPINA GRANDE-PB.
JUNHO/2015.**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447t Almeida, Eloize Crystinne Leite de
Trabalhando a violência no contexto escolar [manuscrito] :
uma experiência de estágio supervisionado na Escola Municipal
Roberto Simonsen em Campina Grande-PB / Eloize Crystinne
Leite de Almeida. - 2015.
39 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2015.
"Orientação: Profa. Ma. Débora Suelle de Miranda Lima,
Serviço Social".

1. Violência. 2. Escola. 3. Política de educação. 4. Serviço
Social. I. Título.

21. ed. CDD 364.4

ELOIZE CRYSTINNE LEITE DE ALMEIDA

TRABALHANDO A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA
DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA MUNICIPAL ROBERTO SIMONSEN
EM CAMPINA GRANDE-PB.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB) em cumprimento às exigências para a
obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Artigo aprovado em: 04/12/2015

Banca Examinadora

Débora Suelle de Miranda Lima

Prof.^aMs. Débora Suelle de Miranda Lima.
Orientadora/UEPB

Célia de Castro

Prof.^a Ms. Célia de Castro
Examinadora/UEPB

Liélia Barbosa Oliveira

Prof.^a Ms. Liélia Barbosa Oliveira
Examinadora/UEPB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me dar a força para não desistir de meus objetivos e por iluminar minha vida para sempre seguir o caminho certo.

Aos meus pais Heronides Vicente e Maria Pires pelo apoio que me deram durante todo esse período e por muitas vezes renunciarem de seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus. Só cheguei até aqui porque vocês me proporcionaram tudo isso. Nem tenho palavras para expressar o quanto sou grata por tudo que fizeram e fazem por mim. Revestiram minha existência de amor, carinho e dedicação. Trabalharam dobrado, sacrificaram seus sonhos em favor dos meus, não foram apenas pais, mas amigos e companheiros, mesmo nas horas em que meus ideais pareciam distantes e inatingíveis e o estudo, um fardo pesado demais. Tantas foram às vezes que o meu cansaço e preocupações foram sentidos e compartilhados por vocês, numa união que me incentivava a prosseguir. Só posso desculpar-me por minhas falhas e agradecer-los por tudo o que foram, são, fizeram e fazem por mim.

Agradeço aos meus irmãos Elaine, Elidiane, Eloilson e Kaliane e aos meus sobrinhos Thalles, Thaellen, Aduario, Pedro, Matheus e Emilly, pela força que me deram durante toda essa caminhada.

Ao meu namorado Yure Bonaldo, pelo companheirismo, pelo amor, carinho e toda dedicação que tem dado a mim durante esses 2 anos. Por me incentivar a sempre lutar pelos meus objetivos e me apoiar sempre.

Expresso aqui minha gratidão aos professores e professoras do curso de Serviço Social, que contribuíram muito para o processo de minha formação. Em especial, às professoras Liélia Barbosa e Célia de Castro por terem aceitado participar da minha banca e também por terem contribuindo para o meu crescimento profissional.

A minha orientadora, professora Débora Suelle, pela paciência e compreensão que teve comigo não só durante o estágio, como também durante o processo de conclusão do meu TCC.

Aos amigos que fiz durante o curso: Carlos, Danieli, Kamila, Andriely, Natasha, Kerem, Larissa e Bruno, agradeço por sempre estarem ao meu lado

não só durante minha vida acadêmica como também durante a minha vida pessoal. Também agradeço as minhas amigas Kamila Duarte, Ana Rosa e aos demais, por me apoiarem e sempre estarem ao meu lado.

Agradeço a amizade e a compreensão que todos tiveram comigo, sou muito grata por ter conhecido pessoas maravilhosas e por ter conseguido terminar o curso de Serviço Social, que me proporcionou grandes momentos que irei levar para o resto da minha vida.

*Mesmo quando tudo pede
um pouco mais de calma
até quando o corpo pede
um pouco mais de alma
a vida não para*

*enquanto o tempo acelera
e pede pressa
eu me recuso, faço hora,
vou na valsa
a vida é tão rara*

*enquanto todo mundo espera a cura do mal
e a loucura finge que isso tudo é normal
eu finjo ter paciência
o mundo vai girando cada vez mais veloz
a gente espera do mundo e o mundo espera
de nós um pouco mais de paciência*

*Será que é tempo que lhe falta pra perceber?
Será que temos esse tempo pra perder?
E quem quer saber
a vida é tão rara, tão rara
mesmo quando tudo pede um pouco mais de
calma mesmo quando o corpo pede um pouco mais
de alma eu sei,
a vida não para
a vida não para,
não a vida não para.*

Paciência
(Compositores: Lenine/Dudu Falcão)

SUMÁRIO

RESUMO.....	
1-INTRODUÇÃO.....	09
2-TRAJETÓRIA DA POLITICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	10
3-CONTEXTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	15
4-VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	19
5-O ESTAGIO SUPERVISIONADO.....	23
• 5.1-O PROJETO DE INTERVENÇÃO: procedimentos metodológicos e ações desenvolvidas.....	26
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERENCIAS.....	32

TRABALHANDO A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESCOLA MUNICIPAL ROBERTO SIMONSEN EM CAMPINA GRANDE-PB.

ELOIZE CRYSTINNE LEITE DE ALMEIDA

Resumo:

O presente artigo trata-se do relato da experiência do projeto de intervenção intitulado: Trabalhando a violência no contexto escolar: Uma experiência de estágio supervisionado na Escola Municipal Roberto Simonsen, realizado durante o estágio supervisionado em Serviço Social na cidade de Campina Grande-PB. O estágio teve a duração de 6 meses, com o seu início no dia 12 de maio até o dia 15 de dezembro. Este projeto teve como objetivo geral promover encontros de reflexão com os alunos sobre a violência e seus impactos no contexto escolar promovendo o seu enfrentamento. A metodologia utilizada foi à realização de cinco oficinas sobre o tema com a apresentação de vídeos e realização de debates. Foi realizado um estudo bibliográfico com a utilização de teóricos como Almeida (2000), Brasil (1990), Chauí (1989), Coutinho (2012), Fante (2005), entre outros. O projeto contribuiu para o enfrentamento e prevenção da violência tanto dentro da escola como fora dela. Esperamos com isso ter contribuído para dar maior visibilidade ao trabalho do assistente social no enfrentamento a violência nas escolas.

Palavras chave: Violência- Escola- Serviço Social.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como ponto de partida a experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, realizado durante o período de 12 de maio á 15 de dezembro de 2014 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Simonsen, ocasião em que foi realizado o projeto de intervenção: Trabalhando a violência no contexto escolar: uma experiência de estágio supervisionado na Escola Municipal Roberto Simonsen, durante o período de 14 de outubro a 20 de novembro do mesmo ano. O projeto teve como objetivo geral promover encontros de reflexão com os alunos sobre a violência e seus impactos no contexto escolar promovendo o seu enfrentamento e como objetivos específicos: realizar discussões sobre a violência e seus impactos no cotidiano escolar; promover uma reflexão sobre o tema; compartilhar as experiências dos

alunos sobre as situações de violências; promover o enfrentamento da violência na escola.

Para a realização do projeto foram realizadas cinco oficinas utilizando recursos que envolvem a produção audiovisual, banner, jornais, revistas entre outros. O público alvo foi à turma do 5º ano “A”, por se ter verificado maior incidência da problemática nessa turma.

A necessidade de realizar um projeto nessa Instituição partiu das observações in loco e dos relatos da equipe escolar acerca do índice de alunos com distúrbio de comportamento, muitas vezes ocasionado por várias expressões de violência sofrida no ambiente escolar e familiar.

Para dá embasamento teórico ao presente artigo, foi realizado um estudo bibliográfico, buscando referências em autores que trabalham com o tema, a exemplo de Freire (1977), que trata da Política de Educação no Brasil; Piana (2009) e Martins (1999), que abordam acerca da atuação do Assistente Social na Educação; Almeida (2000) e Fante (2005), que tratam sobre a Violência na Escola. E outros teóricos contribuíram para o enriquecimento da produção.

O artigo ficou estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico foi abordada a contextualização da política de educação no Brasil e no segundo sobre o Serviço Social na Educação. No terceiro abordamos a violência no contexto escolar e o papel do assistente social no seu enfrentamento, no quarto item falamos sobre o estágio supervisionado e, por fim, sobre a experiência do projeto de intervenção.

Assim, entendendo que a violência está presente no cotidiano escolar e que há necessidade de se produzir mecanismo para o enfrentamento das suas diversas dimensões, espera-se que, com esse estudo possamos dar contribuições neste sentido e mais visibilidade ao trabalho dos assistentes sociais nas escolas, principalmente com as crianças e adolescentes que sofrem violência.

2- CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLITICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

O sistema de educação no Brasil teve início no ano de 1549 com os padres Jesuítas, enviados de Portugal para o Brasil, com a missão de catequizar os índios, estes tinham como objetivo pregar a religião Católica, a escolaridade não tinha nenhuma importância nessa época, apenas as elites das colônias era quem tinha acesso a uma boa educação. Apenas em 1759 surge uma nova ruptura que marca a história da educação no Brasil ocasionada pela expulsão dos jesuítas do país pelo Marquês de Pombal (PINTO, 1986).

Com a chegada da família Real ao Brasil, em 1808, ocorreram várias mudanças principalmente no setor econômico. A partir daí a educação passa por momentos importantes, pois com o avanço da economia era necessário implantar modificações no sistema educacional da colônia a fim de recrutar mão de obra qualificada. Nesse período, foram criadas as escolas técnicas e academias, sendo fundadas a Academia Real da Marinha, a Academia Militar e os cursos de anatomia, cirurgia e medicina, porém a educação continuou a ter uma importância secundária por todo o período do Império, quase nada se fez pela educação brasileira apresentando uma qualidade bastante rudimentar (SODRÉ, 1960).

Conforme Pinto (1986), em 1822 foi proclamada a Independência do Brasil e mesmo assim a educação ainda continuava de forma precária. Mas, em 1824 surge a primeira Constituição em nosso país, tornando a “instrução” primária e gratuita, em seguida veio a Lei de 15 de outubro de 1827 determinando a criação das escolas de primeiras letras. Nesse mesmo ano também surgiram os cursos jurídicos em Olinda e São Paulo.

Em 12 de agosto de 1834 foi estabelecido pelos membros da Câmara dos Deputados algumas mudanças que iriam comprometer diretamente as diretrizes da Constituição de 1824, entre estas o denominado de Ato Adicional, que refletiu o novo cenário político, comprometendo assim a educação básica, afastando o governo de sua responsabilidade de gerar educação para todos (MATURANA, 1998). Os investimentos eram mínimos para a educação e não acompanhava o ritmo acelerado do crescimento populacional.

Em 1920 começaram a surgir novas mudanças no país, ocorrendo um movimento de renovação na educação e o surgimento de educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, entre

outros. Também em 1920, durante o governo de Epitácio Pessoa surge a primeira Universidade oficial do Brasil com sede no Rio de Janeiro, posteriormente surge a universidade de Minas Gerais em 1927 por iniciativa de Francisco Mendes Pimentel (ROMANELLI, 2007).

Em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), formada por intelectuais e educadores da época, causando uma evolução no modelo econômico. Ocorrendo ainda, três importantes Conferências Nacionais de Educação, sendo a primeira realizada em Curitiba no ano de 1927, a segunda em Belo Horizonte no ano de 1928 e a terceira em São Paulo no ano de 1929 (CAIADO, 2011).

Segundo Pinto, (1986), em 1930 estava ocorrendo uma grande crise mundial, modificando a estrutura do sistema educacional do país. Neste período, foi criado o Ministério da Educação e Saúde com a finalidade de reconstruir a educação brasileira, colocando no Estado a responsabilidade de garantir educação para todos. Esse período também é marcado pela ação do Governo Provisório e a base educacional é marcada pelas reformas de Francisco Campos que propunha a integração entre todos os níveis da educação, que seriam a escola primária, secundária e superior.

Conforme Romanelli (1991), neste período o Ministro da educação e saúde, Francisco Campos, criou vários decretos modificando o sistema de educação do Brasil, entre estes estão: Criação do Conselho Nacional de Educação. Decreto nº 19.850 (11 de abril de 1931); Organização do ensino superior no Brasil e adoção do regime Universitário. Decreto nº 19.851 (11 de abril de 1931); Organização da Universidade do Rio de Janeiro. Decreto nº 19.852 (11 de abril de 1931); Organização do ensino secundário. Decreto nº 19.890 (18 de abril de 1931). Essa Reforma foi uma estratégia que o Estado encontrou de modificar diretamente o ensino no Brasil, melhorando as condições de acesso para todos. Segundo o ministro Francisco Campos, 1932,

...a finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras. (BRASIL ..., 2007, p. 1-2).

Apesar dessa afirmativa, com o passar do tempo foram surgindo novas Universidades, somando um total de 46 até 1969, apresentando finalidades significativas, como aponta o fragmento do decreto que se segue.

Art. 1º.- O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. **(DECRETO N.º 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931).**

Em 1945 ocorreu o processo de Redemocratização no Brasil e no ano seguinte foi promulgada a Constituição de 1946 e todas as frentes de luta da educação estavam voltadas para a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), esta lei determinava que o Estado e a iniciativa privada poderiam atuar juntos na educação. O Estado ficaria responsável pela entrega de bolsas e empréstimos, para que o ensino privado pudesse funcionar, deste modo, a educação caminha até a década de 1960 (PINTO, 1986).

O ano de 1960 foi marcado pela luta dos estudantes, sindicatos e partidos políticos em busca de combater o analfabetismo e melhorar a educação. Nesse período, surgem grandes intelectuais da área de educação de cunho crítico, a exemplo de Paulo Freire, que com suas ideias sobre a educação causou grandes transformações nos métodos pedagógicos.

Porém, em 1964 houve o golpe militar causando uma paralisação nos avanços da educação numa perspectiva crítica. A partir do governo de Castelo Branco se iniciou uma série de avanços na educação, como o aumento de investimentos, para promover a ordem e desarticular os movimentos sociais e

preocupando-se em acabar o analfabetismo, por isso, foi criado em 1969 o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (PINTO, 1986).

Os anos 1970 foram marcados pela grande desvalorização do ensino nas Universidades, o Estado não proporcionava investimentos necessários para o avanço do ensino e a educação é tecnicada. Nesse período, o ensino superior continuava possuindo uma estrutura precária.

O período de 1980 foi marcado pelas lutas e conflitos que surgiram a partir da resistência ao regime militar, os movimentos populares ressurgiram em busca de mudanças e garantias de direitos para todos. A partir daí foi promulgada a Constituição Federal de 1988, a Carta Magna que reconhecia o direito de todos os cidadãos. Este documento foi de grande importância, tornando um dever do Estado e da família proporcionar o direito à educação a todos (PINTO, 1986).

Em 1996 foi promulgada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) através da Lei n.9.394, em 20 de dezembro de 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso. A LDB é composta por 9 títulos e 92 artigos, abrangendo os mais diversos tipos de educação, como a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio, além da educação especial, educação a distância, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação profissional de nível técnico e educação no campo. A LDB apresenta um forte vínculo com o neoliberalismo, por isso a educação é considerada como um dever da família, assim o Estado passaria a responsabilidade do ensino para as famílias. A política da educação é voltada para atender as necessidades do capitalismo. Segundo Caiado (2011), as principais características da LDB são:

- Ensino fundamental obrigatório e gratuito (art.4);
- Prevê um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 26);
- Gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares (art. 3 e 15);
- Carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias letivos na educação básica (art. 24);

- Formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental em curso Normal do ensino médio (art. 62);
- Criação do Plano Nacional da Educação (art. 87);
- Gasto da união de no mínimo 18% e dos Estados e municípios de no mínimo 15% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimentos do ensino público (art. 60);
- Formação os especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (art. 64);
- Financiamento com dinheiro público em escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas (art. 77);

Em 2008 foi criado o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional), que tinha como objetivo fornecer educação básica a todos, foi também criado o PROUNI (Programa Universidade para Todos), REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), Novo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e a política de cotas.

A Política Educacional Brasileira tem como objetivo servir ao capital e aos interesses do mercado, nesse contexto o Serviço Social foi inserido na educação para tentar amenizar os conflitos existentes, buscando intervir junto aos alunos nas atividades sócio-educativas.

A ligação entre as áreas de Serviço Social e educação popular surge a partir dos anos 1970 e estende-se até os dias de hoje, porém apresentando novas configurações. A educação popular constitui-se em um modelo educativo que busca contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subordinadas, a partir de uma teoria voltada para a realidade.

Colocando como prioridade a luta coletiva pela emancipação humana, que se encontra presente no campo de atuação dos assistentes sociais que trabalham com comunidades, organização e mobilização popular, faz-se necessário discutir a contextualização do serviço social na educação.

3- CONTEXTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

No Brasil o Serviço Social na área da Educação, surge a partir da identificação dos problemas sociais que interferem na vida escolar dos alunos, como por exemplo: a evasão escolar, baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado; comportamentos agressivos, entre outros, sendo necessário o encaminhamento dessas crianças e adolescentes aos serviços de assistência social.

O Assistente Social integra a equipe da educação para contribuir com melhorias no cotidiano escolar e na garantia do direito à educação pública, atuando principalmente no processo de inclusão de crianças e adolescentes (PIANA 2009). Segundo Martins (1999, p.60), o profissional de Serviço Social na área da educação tem como objetivo:

Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

Através do trabalho interdisciplinar na educação, o Assistente Social visa contribuir com o processo de inclusão social e gestão democrática na escola, por isso, vários documentos foram elaborados a fim de subsidiar a atuação deste profissional. Em 2001 houve a constituição de um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), que construiu o texto intitulado de “Serviço Social na Educação” e em 2004 a elaboração de um parecer, que resultou no documento intitulado “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”, todos com o objetivo de adequação das legislações, que apresentavam incorreções tais como a identificação do serviço social com a política de assistência social, bem como a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”.

Em 2010 e 2011, o Grupo de Serviço Social na Educação elaborou uma metodologia para o levantamento de dados referentes à inserção de assistentes sociais na Política de Educação em todos os estados, com a produção de um roteiro, encaminhado aos CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), para orientar as discussões sobre serviço social na educação nos estados e regiões.

Em 2012 houve a articulação, mobilização e participação nos debates estaduais e regionais a partir do documento “Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação”, como atividades preparatórias para o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação; (CFESS, 2011).

A Escola é considerada como espaço de ação social que deve prestar assistência integral às crianças e adolescentes que a frequentam; é um ambiente de preparação para a vida, sua tarefa é ampliar até o lar a sua atividade educativa. Para tanto, o Assistente Social tem o papel de articular a família, a sociedade e a escola, criando um conjunto de medidas de ajuda mútua, através do atendimento de necessidades básicas de subsistência.

...só o Serviço Social pode criar esse ambiente, pela impossibilidade dos professores cuidarem, simultaneamente, dos alunos e dos pais. O entrosamento da escola ao lar requer tempo, paciência, compreensão e trabalho constante das assistentes sob formas inteiramente diversas das dispensadas pelo mestre ao discípulo. O Serviço Social deverá, pois, para desenvolvimento pleno de sua atividade, ser dividido por zonas, onde cabe conhecer as condições locais, materiais e sociais, de modo a deduzir as suas necessidades imediatas (PINHEIRO, 1985, p. 45).

O Serviço Social surge no início do século XX, como uma profissão prático-interventiva, através de instituições que atendiam às necessidades das classes subordinadas. Também representa uma das profissões responsáveis pela intervenção entre Estado, burguesia e classe trabalhadora na implantação das políticas sociais para o enfrentamento da “questão social”, que surgiu na metade do século XIX, com o aprofundamento das desigualdades sociais das classes existentes nesse período, na Europa Ocidental (PASTORINI, 2007). Esta profissão surge na educação com a função de orientar os alunos e as famílias para manter a ordem social, ajustando os sujeitos aos valores morais

da época. Exercendo também outras atividades, como o trabalho direto com os alunos que apresentavam comportamentos que interferiam nas aulas ou que apresentavam rendimento baixo, além da mediação entre os professores, demais funcionários da escola e os alunos que apresentavam essas dificuldades.

Segundo Vieira (1997), o Serviço Social na área da Educação, surge em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para constituir uma ligação com as escolas do bairro, como forma de verificar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola. Em outros países, também ocorria o atendimento às crianças e suas famílias quando estas não recebiam orientações necessárias para seu desenvolvimento, sendo, a maioria, vítimas de maus tratos por parte dos familiares ou responsáveis.

O Serviço Social Escolar, assim denominado na época, interagiu junto com a equipe multidisciplinar da escola, incluindo psicólogos e professores. Tinha como objetivo atender os alunos com baixo rendimento escolar. O atendimento apresentava um caráter tanto individual quanto familiar, buscando assim uma relação entre o aluno, sua família e a comunidade em que vivia, para que a escola pudesse interagir diretamente com o aluno e melhor orientá-lo quanto ao seu problema.

No Brasil o Serviço Social foi inserido na educação em 1946 e as atividades dos Assistentes Sociais eram voltadas para à identificação de problemas sociais emergentes que prejudicasse o aprendizado do aluno, bem como ações que permitissem a adaptação dos alunos ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os assistentes sociais eram solicitados para intervir em situações escolares consideradas irregularidade, defeito ou anormalidade social (AMARO, 1997).

A mudança ocorreu em meados da década de 1970 com a aproximação da profissão ao Marxismo e a adoção da luta por direitos sociais e pela construção de uma nova ordem social. Com o passar do tempo o Serviço Social, tem sido reconhecido como profissão fundamental no campo da educação, propondo e identificando as melhores formas de enfrentamento aos problemas gerados pelos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que acabam interferindo no sistema educacional.

Segundo Almeida a relação teórica-prática no campo educacional do Serviço Social, ocorreu através do reconhecimento da atuação do assistente social na dimensão educativa, para este autor (2000, p. 19-20):

Durante muitos anos a associação entre Serviço Social e Educação esteve, quase que de forma automática, relacionada ou ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais. As razões não nos são desconhecidas: uma franca alteração no perfil do mercado de trabalho, no que se tange à efetiva atuação dos assistentes sociais no âmbito dos estabelecimentos e da política educacional ao longo dos anos 70 e parte dos 80, a afirmação do debate e das práticas sobre educação popular que se estenderam para além dos muros institucionais, além do reconhecido avanço teórico e político que as abordagens sobre a formação dos assistentes sociais ganharam no final deste século, particularmente face à atuação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS).

A educação é considerada um direito de todos, conforme a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205. Entretanto na atual conjuntura esse direito não é distribuído de forma equânime, tendo em vista o não acesso aos bens materiais e sociais por toda a sociedade.

A inserção do assistente social nesta área tem como objetivo estabelecer uma relação de igualdade e promover a justiça social, apesar de que nem todas as escolas apresentam em sua equipe um Assistente Social, apesar disto, essa área de atuação tem se tornado um espaço importante para esses profissionais, sendo este, com o passar do tempo, cada vez mais requisitado, tornando-se importante peça de efetivação desta política pública.

Contudo, o Serviço Social na educação enfrenta grandes desafios a fim de contribuir com o processo de trabalho em equipe e assegurar uma política de qualidade conforme os direitos preconizados na legislação vigente, pois o contexto neoliberal impõe uma política educacional precarizada, carente de recursos humanos, materiais e estruturais, além de a exploração do modo de produção capitalista intensificar a pobreza através do desemprego estrutural aprofundando as manifestações da questão social que permeiam o cotidiano escolar, dentre estas destaca-se a violência problemática de extrema relevância no contexto atual.

Concluindo estas colocações ressaltamos que o Assistente Social na área da educação atua em um espaço onde estão presentes a diversidade humana, cultural e econômica. É nesse campo, apesar de não ser rico em profissionais de Serviço Social, que se apresenta uma maior necessidade da inserção desses profissionais, promovendo a articulação entre as diversas políticas públicas e a política de educação e assim garantindo a integralidade das ações.

4- VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL

A escola se caracteriza por ser um espaço rico em aprendizado e desafiador na busca de soluções para a prevenção da violência e diminuição da exclusão social. Estes desafios variam de uma realidade para outra e atingem não só as escolas públicas como também as privadas, modificando apenas as formas de enfrentamentos. De acordo com a LDB Capítulo 1º e Artigo 2º,

A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva (BRASIL, 1996).

A violência nas escolas vem se tornando um problema bastante sério. Ela está ligada a forma como as pessoas produzem e reproduzem suas relações interpessoais.

A violência se opõe à ética, porque trata seres racionais e sensíveis dotados de linguagem de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão é tratá-lo não como humano e sim como coisa (CHAUÍ, 1998, p. 16).

A violência que permeia as escolas esta interligada ao que os alunos vivenciam no seu dia-a-dia, eles reproduzem aquilo a que são expostos no seu cotidiano. As crianças que vivenciam algum tipo de violência em casa, como por exemplo: brigas entre os pais ou outros familiares, maus tratos, negligência, abuso sexual, trabalho infantil, entre outros, acabam refletindo tal fato no cotidiano escolar apresentando um baixo rendimento e dificuldades de se relacionar com as outras crianças e adolescentes (ALMEIDA, 2000).

Desde o ano de 1946, o Serviço Social, no Brasil, vem se destacando na área da Educação. Nos dias atuais vem compondo equipes interdisciplinares e criando estratégias de intervenção para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Sendo assim, os Assistentes Sociais junto com a equipe escolar tem a possibilidade de intervir e assim modificar a realidade dessas crianças, criando formas de contribuir para o melhoramento de suas vidas e do ambiente em que vivem (BRASIL, 1990). Segundo Freire (2001, p. 179),

...é o profissional de Serviço Social que assume uma postura investigativa para descobrir as novas e velhas expressões da questão social, que vão se tornando visíveis de acordo com a realidade onde o profissional está inserido, onde estes profissionais vão buscar além da aparência para se entender a realidade em que cada individuo está inserido.

Nas escolas perpassam vários tipos de violência, entre elas: a violência física (brigar, bater, roubar,); violência simbólica (é a violência que a escola exerce sobre o aluno quando o anula da capacidade de pensar e o torna um ser capaz somente de reproduzir); violência contra o patrimônio (é a violência praticada contra a parte física da escola), violência doméstica (é a violência que ocorre no ambiente familiar); violência psicológica (humilhação, chantagem, insulto); violência sexual (força a vitima a participar de uma relação sexual indesejada); violência moral (caluniar, difamar); violência verbal (incomoda as vitimas); negligência (ato de omissão do responsável pela

criança ou idoso, em proporcionar as necessidades básicas), entre outros (ABRAMOVAY; RUA 2002).

A violência pode ser entendida como uma expressão da questão social, pois faz parte do processo histórico da sociedade. É na escola onde podemos observar várias formas de violência, pois nela se apresenta uma constante interação social (FRAGA, 2002, apud BEZERRA, 2009, p. 136). A partir dessas interações sociais, podemos observar que,

Há a “escola da violência” construída pela sociedade que mantém e fomenta a violência estrutural que, por sua vez, difunde as demais formas de violência que os indivíduos vão aprendendo e assimilando em seu cotidiano, ora sutilmente, ora abertamente. Tem-se a “violência na escola” que, como foi demonstrado, acontece através da troca de agressões físicas e verbais entre alunos ou alunos e professores assim como também existe a “violência da escola”, a escola como reprodutora da ideologia dominante e das desigualdades sociais, empareda professores e alunos em suas normas, regras e leis, impedindo-os de movimentar-se para direcionarem-se de forma autônoma e, sobretudo, transformadora (OLIVEIRA e MARTINS, 2007, apud MUNOZ, 2011, p. 123).

Também se inclui no contexto escolar o bullying. A palavra bullying no Brasil significa brigão ou valentão e representa todos os atos que apresentem um caráter violento e intencional de forma repetitiva contra uma pessoa, causando-a danos físicos e psicológicos. Fante (2005, p. 28), define o bullying como:

...um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento bullying.

O bullying está se tornando bastante visível, e tem sido amplamente discutido entre profissionais da educação, pois vem causando grandes danos

físicos e psíquicos para suas vítimas. Em muitas escolas esse assunto vem sendo bastante abordado, para que os cuidados devam ser tomados e para que possam diminuir os números de vítimas, é importante salientar que o bullying é crime e tem pena prevista para quem o pratica.

Entre os danos causados as vítimas do bullying estão o desinteresse escolar, o déficit de concentração e aprendizagem, a evasão escolar, baixa autoestima, estresse, entre outros. A mídia, nos dias atuais, vem mostrando vários casos de bullying, principalmente nas escolas podemos observar vários casos de crianças que sofrem maus tratos por parte de seus colegas, por questões de preconceito com classe social, cor, raça, religião, opção sexual, entre outros fatores. Nesses casos, o assistente social entra com o papel de desenvolver no ambiente escolar uma prática voltada para a garantia de direitos e da cidadania de todas as crianças e adolescente, possibilitando um maior enfrentamento das questões de violência existentes no contexto escolar (MOTA, 2008).

A partir da realização de um trabalho socioeducativo o profissional de Serviço Social pode contribuir na prevenção do bullying escolar e de outros tipos de violência, promovendo o conhecimento sobre o tema e fornecendo informações sobre essa prática, para que exista um diálogo entre vítimas, agressores e comunidade escolar.

Com base nesta proposta pensamos em desenvolver um projeto de intervenção visando combater e prevenir a violência na Escola Municipal Roberto Simosen em Campina Grande-PB.

5- O ESTAGIO SUPERVISIONADO:

O estágio supervisionado em Serviço Social, componente curricular e obrigatório que consiste em um requisito parcial para conclusão do curso, foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Simonsen, no período de 12 de maio a 15 de dezembro de 2014. A referida escola situa-se à rua: Carlos Chagas, nº 261, no bairro São José na cidade de Campina Grande-PB. Possui INEP: 2.612.168-5 e CNPJ: 07.547.346/0001-53. A modalidade de Ensino é dividida em: Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II.

Essa instituição localiza-se na parte central do citado município e além de atender a demanda educacional do bairro São José, contempla alunos de outros bairros tais como: Liberdade, Quarenta, Prata, Centenário, Pedregal e Mutirão. A escola funciona nos turnos manhã e tarde e a equipe é composta por: secretários, diretor geral, diretor adjunto, professores, supervisor escolar, orientador educacional, psicólogo e Assistente Social.

Sua fundação deu-se em dezembro de 2003, através de um acordo de comodato por dez anos, entre o Serviço Social de Indústria (SESI) e a Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB. Antes funcionava o Centro de Atividades Roberto Simonsen, criado e administrado pelo Sesi desde 1950, atendendo os trabalhadores da indústria e seus dependentes.

A Unidade de Ensino apresenta uma estrutura física, significativa possuindo, 12 salas de aulas, 5 salas de administração, 1 sala de biblioteca, 1 sala de informática, 1 sala de multimeios, 1 sala de vídeo, 1 auditório e 2 pátios, sendo um com cobertura e outro com área livre, 1 refeitório, além de um espaço verde para intervalo das aulas e iluminação adequada nas salas de aulas. Os recursos que mantêm o estabelecimento são provenientes do Programa Dinheiro Direto da Escola (PPDE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais Programas são implementados pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A Escola possibilita que os alunos tenham acesso à informática e atividades esportivas desenvolvidas pelos seus projetos em parceria com órgãos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Instituto Alpargatas, Fundação São Januário e Ministério Público Municipal.

Quanto à qualificação acadêmica dos profissionais desta escola observa-se que 15 profissionais possuem o ensino médio completo, 19 com o ensino superior completo, 4 com o ensino superior incompleto, 10 profissionais têm especialização, 4 profissionais cursam mestrado e 4 já são mestres, 6 participam da Formação continuada e 2 são profissionais polivalentes, sendo assim capacitados para o exercício de suas funções.

No tocante aos recursos didático-pedagógicos, são assegurados conforme as liberações dos projetos mantidos pela Instituição. No

planejamento e execução das aulas na maioria das vezes, esses recursos e materiais são insuficientes para o desenvolvimento das ações.

Na escola funciona ainda o programa Mais Educação com turmas formadas no turno da manhã e da tarde composta por 190 alunos, bem como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) funcionando também no turno da manhã e da tarde atendendo no total a 206 alunos. Dentre os Projetos, Programas, ações pedagógicas e eventos que a Escola possui, destacam-se:

- Projeto Educando para Cidadania: esse projeto tem o objetivo de facilitar o aprendizado, o respeito aos direitos humanos, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- Projeto Educação por Meio do Esporte: visa às mudanças de atitude e comportamento dos alunos, articulando-se com as perspectivas desportivas, competitivas e cooperativas de formas diversificadas.
- Programa Cooperjovem: oferece concursos anuais de redação com alunos e professores e realiza concurso de vivência pedagógica sobre a temática cooperação.
- Programa Mais Educação: O MEC investe em projetos qualitativos de práticas de esporte, lazer e reforço na aprendizagem para as crianças em situação de risco social, funcionando no contra-turno do aluno, considerado como educação integral.
- Programa de Atendimento Educacional Especial (AEE): o programa disponibiliza os recursos e qualifica os profissionais para desenvolverem este serviço através das salas multifuncionais com materiais didáticos e recursos pedagógicos.
- Oficinas de “Bordando Hardanger”: oportuniza a geração de trabalho e renda para os alunos, funcionários e familiares.
- Balé: atinge o público das crianças a partir de 9 anos de idade.
- Projeto de Extensão UEPB: tem como objetivo estimular a prática de prevenção bucal, tendo como público alunos do 6º e 7º ano.
- Jornalzinho Escolar: contempla a elaboração de gêneros textuais pelos alunos dos ciclos 2,3 e 4.
- Olimpíadas: são olimpíadas de matemática e português para alunos do 6º ao 9º ano.

- Concursos.
- Eventos: comemoração de datas festivas como a páscoa, dia das mães, festa junina, dia do estudante, dia dos pais, dia da criança, dia dos professores e funcionário público.

A administração da Escola é descentralizada contando com uma administração adjunta e um Conselho Escolar e possui, como já dito, uma equipe técnica multiprofissional, cujas, composição e competências pode-se registrar:

- Supervisor Educacional: tem como função um processo integrador e articulador das ações pedagógicas e didáticas desenvolvidas pela escola.
- Orientador Educacional: orienta e acompanha o rendimento escolar dos alunos, elabora o perfil das turmas e promove o aconselhamento individual e coletivo.
- Assistente Social: articula e media às relações família e comunidade; verifica e acompanha a evasão escolar; promove reflexões, informações e oficinas junto à comunidade escolar; colabora nas realizações dos eventos sócio-culturais; contribui na formação dos conselhos escolares; acompanha e encaminha alunos com necessidades educacionais especiais.
- Psicólogo: elabora diagnose e orienta os alunos com necessidades especiais. Trabalha problemas de ordem comportamentais junto ao aluno, entre outros.

Cabe registrar o processo de inserção do assistente social na Escola Roberto Simonsen, que foi inserido a partir de um concurso público realizado no ano de 2013. O assistente social atua nas desigualdades sociais, econômicas, culturais, étnicas e de gênero que são encontradas na nossa sociedade.

No ambiente escolar existem expressões da questão social, que podem ser facilmente identificadas. A função do assistente social nesse contexto é contribuir para o fortalecimento dos direitos sociais, buscando favorecer a relação família/escola/comunidade possibilitando o espaço de participação no processo ensino-aprendizado.

Em suma, no campo de estágio foram desenvolvidas diversas atividades de acordo com o objetivo da disciplina de Estágio Supervisionado. As ações foram sendo realizadas de acordo com o cotidiano da Instituição. Pode-se registrar dentre algumas ações desenvolvidas: encaminhamentos, palestras, oficinas, dinâmicas em grupos e um Projeto de intervenção sobre a violência com os alunos do quinto ano da instituição mencionada.

Percebeu-se a necessidade de um trabalho sistemático sobre a Violência nas suas diversas dimensões, a fim de promover ações que contribuíssem para ampliar o conhecimento do público assistido acerca da temática, bem como colaborar com o processo de minimização dos índices de violência em seu cotidiano.

Posteriormente, será caracterizada com maior precisão às atividades executadas durante o Projeto supracitado.

5.1- O PROJETO DE INTERVENÇÃO: procedimentos metodológicos e ações desenvolvidas.

O Projeto desenvolvido no Campo de Estágio apresentou como tema:Trabalhando a violência no contexto escolar: uma experiência de estágio supervisionado na Escola Municipal Roberto Simonsen. O mesmo teve inicio no dia 14 de Outubro de 2014 e termino no dia 20 de Novembro de 2014.

A necessidade de realizar esse Projeto partiu das observações in loco e dos relatos da equipe da Escola, constatando que a maioria dos alunos passa por algum distúrbio de comportamento em decorrência de situação de violência sofrida em casa ou na rua. Foi perceptível que algumas crianças chegavam a escola com marcas pelo corpo, chorando por ter discutido com os pais ou ter visto alguma agressão no ambiente familiar, entre outros fatores que contribuíram para chamar a atenção quanto à problemática.

Com a perspectiva de enfatizar os tipos de violência e suas formas de enfrentamento, vislumbrou-se enquanto objetivos: realizar discussões sobre a violência e seus impactos no cotidiano escolar; promover uma reflexão sobre o tema; compartilhar as experiências dos alunos sobre as situações de violências

vivenciadas por eles. As atividades desenvolvidas tinham como finalidade, proporcionar momentos de reflexões e diálogos junto com os alunos a respeito do tema abordado.

A justificativa do projeto consiste em trazer dados para reflexão dessa discussão e contribuir na teoria e prática, para explorar, interpretar o meio social dessas crianças e indicar ações que contribuam para a melhoria do processo de aprendizado e suas relações interpessoais não só no ambiente escolar, mas também no meio familiar.

O Projeto foi desenvolvido com a turma do 5º ano “A”, composta por 22 alunos, pois esta era uma turma que já vínhamos trabalhando durante o decorrer do estágio, na qual podia se observar a existência de expressões de violência dentro e fora da sala de aula. Os temas desenvolvidos no Projeto foram escolhidos de acordo com os relatos expostos pelos alunos, às situações vivenciadas em seus cotidiano. Para tanto, foram realizados dois encontros semanais, abordando os temas através de oficinas e dinâmicas, priorizando a participação dos mesmos.

A metodologia do projeto foi desenvolvida da seguinte forma: Foram realizados encontros semanais nas terças-feiras e quintas-feiras, no turno da tarde das 16h00 às 17h00. Nesta ocasião houve a realização de oficinas com diversos temas como: O que é violência?; A violência na educação; Bullying na escola; A mídia e a violência; Ajude a reduzir a Violência. Com o intuito de esclarecer ao público alvo acerca dos diversos tipos de violência presentes na sociedade, de forma a contribuir com o processo de informação e esclarecimento, como também com a minimização dessa problemática no cotidiano dos sujeitos envolvidos.

No tocante as oficinas realizadas durante o Projeto foram proporcionados através de 5 (cinco) encontros. O primeiro momento aconteceu no dia 14 de outubro de 2014, trabalhando o seguinte tema: O que é violência? Sendo apresentado em seguida os principais tipos de violência, bem como o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mostrando-os que nenhuma criança deve sofrer nenhum tipo de agressão, entre outros direitos assegurados na referida Estatuto.

Na primeira oficina que teve como temática: “O que é violência” Os recursos utilizados foram slides e a entrega de roteiro. Após a explanação do tema foi

realizada uma atividade em grupo que consistia na montagem de cartazes sobre os tipos de violência de acordo com o que foi exposto durante a oficina, sendo as crianças divididas em três grupos para que no final da elaboração dos cartazes pudessem apresentar o seu trabalho umas as outras.

O objetivo da dinâmica foi verificar o conhecimento que as crianças adquiriram durante a oficina e avaliar o seu envolvimento com o grupo formado. A partir daí pôde-se observar que, algumas crianças tinham mais afinidade para trabalhar em grupo e outras apresentavam certa dificuldade de interação.

No final, todos apresentaram de forma coerente o que tinham produzido, demonstrando satisfação com a dinâmica e também que compreenderam o conceito de violência.

A segunda oficina teve como tema: “A violência na Educação”. O tema foi abordado através de slides que apresentavam o conceito de violência escolar, caracterizado enquanto toda forma de agressão que ocorre no ambiente escolar, tanto as violências físicas como as psicológicas. Também foi apresentado um vídeo chamado O nervosinho, que ressaltava o comportamento de uma criança com quadro de agressividade, na ocasião também foram entregues roteiros para melhor exploração do tema.

Durante esse momento, várias crianças se pronunciaram com registros de ter sofrido ou presenciado algum tipo de violência escolar ou no meio familiar. Por fim, registra-se que os alunos mostravam-se mais interessados em participar dos diálogos exercidos durante as oficinas e que estavam compreendendo a mensagem transmitida.

A terceira oficina realizada teve como tema Bullying na Escola. Durante a oficina foi discutido o que era Bullying, os tipos de Bullying e as formas de enfrentamentos, sendo abordados através de slide e de um roteiro. Ao decorrer da oficina apresentamos um vídeo chamado “Diga não ao Bullying” que exibia uma música chamada sofrendo em silêncio da Banda Mobilize. A letra da música foi entregue aos alunos para que pudesse acompanhar o vídeo.

No final da oficina, foi realizada uma avaliação com os presentes, a fim de observar se o conteúdo da mensagem da música foi compreendido conforme a proposta apresentada. Durante esse momento, foi entregue um questionário sobre o tema, que segue em apêndice, para que os mesmos respondessem em casa.

Já a quarta oficina abordou a temática “A mídia e a violência”. Foram discutidos os impactos que a mídia causa na sociedade, mostrando através da mídia audiovisual, jornal, rádio, internet, vários tipos de violência.

Com base nos registros dos participantes e dos temas abordados nas oficinas anteriores foram criados cartazes que abordavam imagens de jornais e revistas que transmitiam a violência. Dividimos a sala em três grupos para executar o trabalho. Durante a realização da tarefa, foi observado a criatividade e comprometimento de alguns alunos com o trabalho.

O objetivo do trabalho era mais uma vez observar o comportamento dos alunos trabalhando em grupo e incentivá-los a interagir com os colegas que apresentavam algum conflito em sala de aula, mostrando-os também que não importa as diferenças devemos tratar todos de maneira igual.

A quinta e última oficina foi realizada com o tema: “Ajude a reduzir a violência”. Na ocasião foi entregue um questionário com o objetivo de avaliar o grau de aprendizado das crianças a respeito das oficinas realizadas.

Perguntadas sobre se haviam gostado das oficinas apresentadas 100% responderam que sim, assim 100% responderam que queria que mais atividades como as das oficinas ocorressem na escola. Perguntamos também se, a violência verbal pode causar o mesmo impacto da violência física e 100% responderam que sim. Questionadas sobre se já haviam praticado algum tipo de violência, 60% responderam que sim. Por fim, questionamos se essas oficinas contribuíram para entender melhor os tipos de violência, 100% responderam que sim, observando a violência física e verbal como as mais presentes no seu dia à dia.

Ao término do projeto, foi feito também um mural com os cartazes construídos nas oficinas, no intuito de contribuir para a reflexão dos participantes sobre a temática em discussão. Pode-se perceber que as oficinas foram bastante produtivas, pois o nível de discussão entre os envolvidos foi evoluindo a cada atividade desenvolvida, de modo que, os participantes sugeriam que tais atividades fossem intensificadas no contexto escolar.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, vimos que a partir da chegada dos padres jesuítas teve início o sistema educacional no Brasil. Com o passar do tempo à educação no país foi ganhando mais visibilidade, quanto mais o país avançava economicamente se tornava necessário um melhoramento no sistema de educação. Assim, iniciou-se a criação de escolas técnicas e novos cursos foram surgindo para atender as necessidades do mercado. As mudanças mais expressivas ocorreram na década de 1930 quando foi criado o Ministério da Educação e Saúde que modificou o sistema de educação no Brasil, passando para o Estado a responsabilidade de proporcionar educação para todos os cidadãos.

Após esse período outro marco importante, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, será a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) sancionada em 1996, considerada um avanço em termos de legislação, porém tornando a educação um dever primeiramente da família tirando a responsabilidade do Estado em decorrência dos impactos neoliberais nas políticas públicas.

O Serviço Social surgiu na educação como uma forma de amenizar os conflitos existentes, combatendo os problemas sociais existentes na vida dos alunos, atuando junto com os demais funcionários da escola contribui para a garantia dos direitos dos alunos a uma educação de qualidade.

A Escola é um ambiente que prepara as crianças para os desafios da vida e a prática do Assistente Social entra nesta instituição com o papel de articular a família e a sociedade à mesma, criando mecanismos de auxílio.

Apesar da relevância que a prática do assistente social assume no contexto escolar e da grande demanda existente para estes profissionais na educação, esta área não tem um número de profissionais suficientes atuando.

Várias expressões da questão social permeiam o contexto escolar dentre elas a violência que vem aumentando a cada dia. Sendo assim, o Assistente Social junto com a equipe da escola tenta modificar essa realidade, criando formas de melhorar as condições de vida dessas crianças, No ambiente escolar vários tipos de violência, vem sendo enfatizadas a exemplo do bullying, pois ele vem causando grandes danos à vida das vítimas.

A partir das observações feitas durante o estágio supervisionado realizado na Escola Municipal Roberto Simonsen, localizada no município de Campina Grande-PB, pode-se observar um grande número de crianças que sofrem algum tipo de violência dentro da escola, a partir dessas observações viu-se a necessidade de criar um projeto com essa temática.

Como resultados desta realização, podemos enfatizar que as crianças e adolescentes, compreenderam o que é violência e os danos que ela pode causar a vida de quem a sofre. O projeto também foi de grande importância para a escola, pois proporcionou palestras sobre os tipos de violência e as formas de seu enfrentamento, dando assim um pontapé inicial para que ações de cunho educativo sobre essa problemática social de grande relevância sejam estruturadas na escola.

Concluindo, afirmamos que a realização desta atividade, bem como do estágio curricular em serviço social também contribuiu de forma significativa para nosso crescimento profissional e pessoal proporcionando, além do fortalecimento do vínculo com o público assistido, uma experiência prático-interventiva.

WORKING THE VIOLENCE IN SCHOOL CONTEXT: ONE STAGE EXPERIENCE SUPERVISED AT SCHOOL MUNICIPAL ROBERTO SIMONSEN in Campina Grande-PB.

Abstract:

This article comes from the account of experience titled intervention project: Working violence in the school context: An internship experience supervised at the Municipal School Roberto Simonsen, held during supervised training in social work in the city of Campina Grande-PB. The internship lasted for six months, with its beginning on the 12th of May to the 15th of December. This project aimed to promote reflection meetings with students about violence and its impact on the school environment promoting his face. The methodology used was to hold five workshops on the topic with the presentation of videos and conducting debates. Foi done a bibliographic study using theoretical as Almeida (2000), Brazil (1990), Chauí (1989), Coutinho (2012), Fante (2005), among others. The project helped to confront and prevent violence both within and outside school. We hope with that have contributed to give greater visibility to the work of social workers in addressing violence in schools.

Keywords: violence- school- social service.

REFERÊNCIAS

ABESS/ CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças - **Violência nas escolas**. Ed.Unesco, doações institucionais.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O serviço social na educação**. Mato Grosso: Revista Inscrita, 2000, p. 19-24.

BEZERRA, Maria Jacobina da Cruz. **A violência na escola e estratégias de prevenção e redução: a necessária interlocução dos saberes**. 2009. 283f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **“ECA”**. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 16 jul. 1990.

_____. **Código de ética do assistente social e Lei de Regulamentação**. Comissão de Comunicação do Conselho Federal de Serviço Social (org.). 9. ed. Brasília: CFESS, 2011a.

_____. **Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011b.

CAIADO, K. R. M. Quando as pessoas com deficiência começam a falar: histórias de resistência e lutas. In: JESUS, D. M. et al. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

CHAUÍ. M. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador, In Brandão, C. R. **O educador: vida e morte: escritos sobre uma espécie em perigo**, 9ª ed., São Paulo: Graal, 1989.

COUTINHO, Ângela Araujo; RIBEIRO, Mirian dos Santos; BARRETO, Valdineide Barauna. Serviço Social e família: as contribuições da atuação profissional do Serviço Social para a efetivação da participação familiar no acompanhamento educativo. In: SILVA, Marcela Mary José (org). **Serviço social na educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Verus Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 2001.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José (org). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

MATURANA, Humberto R. **Emoções e linguagens na educação e na política**, Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MOTA, Ana Elizabete. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: **O mito da assistência social**. Ensaios sobre estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNOZ, Manuel Alfonso Diaz. **Educar para a paz: Comportamentos pró-sociais**. 2011. 364 f. Tese (Doutorado) – Faculdade EST, São Leopoldo, 2011.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar/1997.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINHEIRO, R. Experiências Inovadoras no Ensino da Saúde. **Revista RADIS**. Rio de Janeiro. FIOCRUZ/ENSP. N.49, setembro, 2006.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 34ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: **Líber Livro**, 2007.

APÊNDICE

Oficina I : O que é violência?

Realizada na Escola Roberto Simonsen, Campina Grande. PB., 13 de outubro de 2014.

Responsáveis: Eloize Crystinne Leite (Estagiária de Serviço Social) e Inêz Serafim de L. Pinto (Assistente Social).

- ⦿ **O que é violência?** *É quando usamos a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico.*
- ⦿ **Tipos de violência:** *Violência Doméstica, Violência psicológica, Violência sexual, Violência patrimonial, Violência moral, Violência verbal, Negligência, preconceito, agressões físicas e verbais, bullying, homofobia, violência contra a mulher, entre outras.*

- ◎ **LEI MARIA DA PENHA:** *A lei nº 11.340 de 7 de Agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, tem como objetivo lidar de forma adequada com a problemática da violência doméstica.*
- ◎ **ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) Art. 5º** *Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*

II Oficina: VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Realizada na Escola Roberto Simonsen, Campina Grande. PB., 21 de outubro de 2014.

Responsáveis: Eloize Crystinne Leite (Estagiária de Serviço Social) e Inêz Serafim de L. Pinto (Assistente Social).

O QUE É VIOLÊNCIA ESCOLAR?

- *É um conjunto de atos violentos que ocorrem entre jovens no interior do ambiente escolar. A maioria dos atos são provocados dentro da escola, mas também podem ser causados por traumas, abusos por parte de familiares, violência no seio familiar, abandono, entre outros. Os jovens tornam-se mais agressivos com os outros colegas para “descarregar” os seus problemas, tentando manter uma imagem forte e autoritária perante os outros jovens.*

- **PRINCIPAIS CAUSAS:** *A violência escolar pode ser causada por vários motivos, entre eles: Abandono, maus-tratos, negligência, abuso sexual, uso de drogas, trabalho infantil, entre outros.*
- **CAUSAS DA VIOLÊNCIA:**
 - *Na família: é neste núcleo que as crianças irão adquirir a conduta que irão mostrar as outras pessoas. As crianças que vivem em um ambiente de conflitos estarão sujeitas a violência.*
 - *Os alunos: O problema não está só na educação. Muitas crianças vêem a escola como uma obrigação, sendo a maioria obrigada a frequentá-la, havendo crianças que criam distúrbios, enquanto outros se revoltam contra professores e colegas.*
 - *Os grupos e turmas: Influenciam certos comportamentos, podendo ser processos de imitações de colegas. Em manifestações públicas de violência as crianças buscam obter segurança, respeito e prestígios entre os demais alunos.*
- **FORMAS DE PREVENÇÃO:** *Sempre irá existir violência, pois sempre irá existir pessoas que irão implicar com outras provocando brigas e discussões. Cada um pode evitar a violência, evitando entrar em brigas e provocações. Sempre procurar a ajuda dos profissionais da escola e dos pais para que possam solucionar os casos de forma adequada.*

Oficina III: Bullying na Escola.

Realizada na Escola Roberto Simonsen, Campina Grande. PB., 11 de Novembro de 2014.

Responsáveis: Eloize Crystinne Leite (Estagiária de Serviço Social) e Inêz Serafim de L. Pinto (Assistente Social).

- ⊙ **O que é Bullying?** *“É o conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticado por uma pessoa contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender”*

Por não existir uma palavra na língua portuguesa capaz de expressar todas as situações de bullying possíveis, as palavras a seguir relacionam ações que podem estar presentes:

Colocar apelidos Humilhar Intimidar Dominar

<i>Ofender</i>	<i>Fazer sofrer</i>	<i>Perseguir</i>	<i>Agredir</i>
<i>Zoar</i>	<i>Discriminar</i>	<i>Assediar</i>	<i>Chutar</i>
<i>Gozar</i>	<i>Excluir</i>	<i>Aterrorizar</i>	<i>Empurrar</i>
<i>Isolar</i>	<i>Ignorar</i>	<i>Ferir</i>	<i>Roubar</i>

- ⊙ **Bullying Direto**: *é a forma mais comum entre os agressores do sexo masculino.*
- ⊙ **Bullying indireto**: *é a forma mais comum com pessoas do sexo feminino e crianças pequenas, e é caracterizada por forçar a vítima ao isolamento social.*
- ⊙ **Tipos de bullying: Verbal, físico, psicológico, racial e Cyberbullying.**
- ⊙ **“ Sou vítima! Que posso fazer?”**
 - *Evita zonas sem vigilância;*
 - *Procurar aconselhamento de um adulto;*
 - *Não reagir, mas sim ignorar;*
 - *Não demonstrar medo ao agressor.*
 - *Acompanhar o grupo de amigos;*
 - *Acima de tudo, não esconder a situação.*

QUESTIONÁRIO

PERGUNTAS	SIM	NÃO
1- Você gostou das oficinas apresentadas?		
2- Você quer mais atividades como as das oficinas na escola?		
3- Para você, a violência verbal pode causar o mesmo impacto da violência física?		
4- Você já praticou algum tipo de violência?		

5- Essas oficinas pôde contribuir para você entender melhor os tipos de violência?		
6- Qual o tipo de violência que você mais observa no seu dia à dia?		